



ACÓRDÃO Nº 52/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11384/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM.
- 4- **Advogado:** Não Possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Antônio Ademir Stroski, Diretor-Presidente (de 1º/01/2015 a 20/03/2015) e Sra. Ana Eunice Aleixo, Diretora-Presidente (de 21/03/2015 a 31/12/2015).
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5014/2017 – MP/ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.2572/2579).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM Exercício de 2015.

Multas. Regularidade com Ressalvas. Prazo Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1- Por maioria:

10.1.1 - Aplicar Multa ao Sr. Antônio Ademir Stroski, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº2423/1996, no valor de **R\$ 2.000,00**, pelas falhas remanescentes identificadas pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e pelo Órgão Técnico do TCE/AM;

10.1.2 – Aplicar Multa a Sra. Ana Eunice Aleixo, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº2423/1996, no valor de **R\$ 3.000,00**, pelas falhas remanescentes identificadas pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e pelo Órgão Técnico do TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº 52/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2- À unanimidade:

10.2.1 - Julgar Regular com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, período de 1º/01/2015 a 20/03/2015, de responsabilidade do **Sr. Antônio Ademir Stroski**, então Diretor-Presidente, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/1996;

10.2.2 – Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, período de 21/03/2015 a 31/12/2015, de responsabilidade **Sra. Ana Eunice Aleixo**, então Diretora-Presidente, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/1996;

10.2.3 – Determinar à origem que:

- a) Apresente nas notas explicativas às demonstrações contábeis de 2016 com verificação pela próxima comissão de inspeção a composição dos valores e bens que realmente sofrem depreciação assim como os que já possuam baixa contábil e consequentemente valor residual para fins de verificação do saldo apresentado no Balanço Patrimonial sob possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 308, inc. IV, alínea “b” do Regimento Interno desta TCE/AM;
- b) Acompanhe as faturas de serviços prestados de emissão de passagens aéreas e realize os pagamentos dentro do exercício em que foram efetivamente prestados os referidos serviços sob possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 308, inc. IV, alínea “b” do Regimento Interno desta TCE/AM;
- c) Realize contratação de pessoal, nos termos do art. 37, II da CF/88, para fins de manutenção da atividade administrativa vez que a contratação de pessoal terceirizado para atividades finalísticas ou meio da entidade caracteriza terceirização de mão de obra não prevista legal ou constitucionalmente.

10.2.4- Notificar os interessados para que tomem ciência do decisório.



ACÓRDÃO Nº 52/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Rejeitada a proposta de voto do Auditor-Relator. Vencido o Conselheiro Julio Assis Corrêa Pinheiro, que discordou da aplicação das multas aos responsáveis.

- 11- **Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 08 de Fevereiro de 2018.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
13.1 – **Auditor-Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 14- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral